

## INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Evento na sede do jornal reúne autoridades e especialistas para discutir inovação, acesso a novas terapias e desafios regulatórios na área da saúde pública brasileira

# Propriedade intelectual na saúde em debate no Correio

» RAFAELA BOMFIM\*

O debate sobre propriedade intelectual e seus reflexos na saúde pública brasileira será tema do Summit “Propriedade intelectual na agenda pública: o que está em jogo para a saúde?”, promovido pelo **Correio Braziliense** em parceria com a Interfarma. O encontro ocorre amanhã, às 9h, na sede do jornal, no Setor de Indústrias Gráficas, com transmissão ao vivo pelo YouTube @correio.braziliense e inscrições abertas ao público por meio de link disponibilizado no link <http://eventos.correio.braziliense.com.br/propriedadeintelectualnaagendapublica>.

A iniciativa reunirá especialistas, autoridades e representantes do setor para discutir como o sistema de propriedade intelectual influencia o desenvolvimento científico, a inovação tecnológica e o acesso a medicamentos no país. A programação inclui painéis e palestras voltados à análise de desafios regulatórios, impactos econômicos e perspectivas para o setor de saúde.

O presidente executivo da Interfarma, Renato Porto, afirma que “o que está em jogo é o futuro da inovação em saúde no país”, ao destacar que o tema ultrapassa interesses industriais. “A propriedade intelectual impacta diretamente a capacidade de atrair pesquisa, desenvolver ciência e garantir acesso futuro a novas terapias”, diz.

Segundo ele, decisões baseadas em soluções imediatas podem comprometer o avanço científico. “Leituras simplificadoras podem parecer atraentes no presente, mas tendem a afetar a realização de pesquisas clínicas e a chegada de inovações ao país”, afirma, ao defender uma abordagem estruturada de política pública.

Porto avalia que a realização do encontro busca qualificar o debate público. “Um evento como este cria um espaço de diálogo entre diferentes atores e contribui para afastar interpretações superficiais, com discussões técnicas e baseadas em evidências”, declara.

### Inovação

Entre os temas centrais está o equilíbrio entre inovação e acesso a medicamentos. “Essas agendas não são concorrentes, fazem parte do mesmo ciclo”, afirma o executivo, ao explicar que patentes têm prazo determinado e viabilizam investimentos de alto risco

Arquivo pessoal



Summit do Correio discutirá a importância da ciência e da produção de conhecimento na área da saúde



**Enfraquecer a inovação afeta diretamente a chegada de terapias mais avançadas\***

**Renato Porto, presidente executivo da Interfarma**

necessários ao desenvolvimento de novas terapias.

Ele ressalta que “medicamentos levam, em média, de 10 a 15 anos de pesquisa” e que a fragilização desse sistema pode comprometer o acesso futuro. “Enfraquecer a inovação afeta diretamente a chegada de terapias mais avançadas”, pontua.

Outro ponto em debate será o tempo de análise de patentes no Brasil. “O problema não está no prazo legal, mas na demora excessiva no exame”, afirma Porto, ao destacar que a falta de previsibilidade afeta decisões globais de investimento.

Dados recentes indicam que o tempo médio de análise de patentes de biofarmacêuticas no país permanece elevado. “A demora aumenta o risco dos investimentos e pode afastar estudos e lançamentos do país”, diz, ao comparar com sistemas internacionais, onde o processo ocorre em menor tempo.

O presidente da Interfarma também aborda a discussão sobre

recomposição de prazo de patentes. “Não se trata de extensão, mas de um mecanismo para corrigir atrasos injustificados do Estado e restaurar previsibilidade”, explica, ao destacar a importância da segurança jurídica.

### Medicamentos

A programação inclui, ainda, o debate sobre falsificação de medicamentos. “Medicamentos falsificados podem não ter princípio ativo ou conter substâncias tóxicas, com risco direto ao paciente”, alerta.

Ele acrescenta que o comércio ilegal tem se expandido com o uso de plataformas digitais. “Trata-se de um mercado estruturado, impulsionado por vendas online e redes sociais, fora de qualquer controle sanitário”, afirma.

Segundo Porto, o impacto atinge toda a cadeia de saúde. “Há sobrecarga do sistema com falhas terapêuticas e internações

evitáveis, além de prejuízos à indústria regulada”, diz.

O Summit contará com a participação de nomes como o economista Pedro Bernardo, a diretora de Política em Saúde da Fifiarma, Raquel Souza, a diretora técnica da Fundação PaqTcPB e pró-reitora da UEPB, Nadja Oliveira, o presidente do INPI, Júlio César Moreira, a diretora-executiva da ICC Brasil, Gabriela Dorliac, o diretor sênior da PhRMA, Anjam Aziz, o chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do MRE, Daniel Lisboa, e o sócio do Pinheiro Neto Advogados, José Alexandre Buaiz Neto, além do próprio Renato Porto.

A proposta do evento é reunir diferentes perspectivas para orientar decisões públicas. “O combate à falsificação exige ação coordenada entre autoridades, setor privado e sociedade”, afirma Porto, ao mencionar a necessidade de fiscalização e rastreabilidade.

O diálogo vai contribuir para o fortalecimento do ambiente de inovação e pesquisa no Brasil, com impacto direto na formulação de políticas públicas e no acesso a novas tecnologias em saúde. Ao colocar o tema no centro da agenda, o encontro busca ampliar a compreensão sobre o papel da propriedade intelectual no desenvolvimento do setor, em um contexto de transformações científicas e desafios institucionais.

\*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria

# Petrobras eleva preço do gás natural

Divulgação Compagas



Gás natural mais caro impacta diretamente indústrias, veículos movidos a GNV e consumidores residenciais

Os preços de venda da molécula de gás natural da Petrobras para as distribuidoras foram reajustados em cerca de 19,2% em relação ao trimestre anterior. As atualizações trimestrais são previstas em contrato e levam em consideração as oscilações do petróleo Brent, da taxa de câmbio e, desde o início do ano, também para variação do Henry Hub.

O reajuste impacta diretamente o preço do gás natural canalizado — que abastece grandes empresas e consumidores residenciais de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo — e do gás natural veicular (GNV), utilizado por motoristas em todo o país. O preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) — conhecido como gás de cozinha e vendido em botijões — não terá o preço reajustado.

“O uso da média trimestral de variação dos índices que tem o objetivo de mitigar a volatilidade de curto prazo das variáveis de indexação”, destaca a Petrobras em nota. Segundo a estatal, no período de aferição, a referência do petróleo Brent subiu aproximadamente 24,3%, a referência do Henry Hub caiu aproximadamente 14,1% e o câmbio teve apreciação de 2,5%.

Desde dezembro 2022, o preço médio da molécula vendido às

distribuidoras pela Petrobras acumula uma redução da ordem de 26%, incluindo o efeito da atualização de maio. O impacto ao consumidor, no entanto, depende dos produtos contratados pelas distribuidoras de gás canalizado e dos volumes efetivamente retirados.

### Querosene

O reajuste no preço do gás veio na sequência de outro anúncio da Petrobras: o aumento de 18% no

preço do querosene de aviação, anunciado na sexta-feira, que corresponde a um acréscimo de R\$ 1 por litro em relação ao valor do mês anterior. Os compradores terão a opção de parcelar o aumento. O QAV é o combustível derivado do petróleo que abastece aviões e helicópteros e representa quase metade dos custos das companhias aéreas.

O preço do QAV é estipulado pela Petrobras mensalmente, sempre no dia 1º. O reajuste acontece no

momento em que o mundo ainda enfrenta tendência de alta no preço do barril do petróleo por causa da guerra no Irã, iniciada no último dia de fevereiro.

Assim como no mês passado, quando houve reajuste de 55%, a Petrobras informou que vai permitir que as distribuidoras que atendem à aviação comercial possam parcelar parte do reajuste em seis vezes, com a primeira parcela a ser paga em julho de 2026. **(Com agências)**

**Brasil S/A**  
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Brasil de US\$ 3,5 tri

A derrota acachapante infligida pelo Senado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva à véspera de sua última jornada eleitoral, ao vetar a indicação de seu escolhido para o STF, tem diversas camadas de interpretação. A principal delas é a menos reconhecida e a mais importante: o fim do ciclo da organização política criada pela Constituição de 1988 e, sobretudo, do modelo econômico alicerçado no consumo, a causa do endividamento e inadimplência recorrentes, e quase nada no investimento produtivo e na inovação criadora de mercados.

Por ora, as análises mais repetidas falam de traição da tal base aliada, especialmente do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o que tem mais a ver com as desculpas dos articuladores de Lula, que lhe omitiram o risco da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, sem acordo prévio com a maioria que ele não tem.

Se ainda houver espaço para interlocutores pragmáticos no entorno do presidente, a inteligência que não lhe faltou nos primeiro e segundo governos, ele poderá ter uma visão mais qualificada sobre o cenário eleitoral. Na economia, então, o nível é de “5ª série”.

As mesmas considerações se aplicam aos três principais candidatos da oposição ainda carentes de formulações e propostas que superem o crescente atraso entre as taxas de crescimento econômico (o PIB, Produto Interno Bruto) do Brasil versus do PIB global e dos países emergentes, como China, Índia, Vietnã e Indonésia.

### De puxador de fila à rabeira

Essa discussão é obrigatória fazer. Ela foi tema de seminário da FIPE/USP, em março. Os cenários do Brasil são desanimadores.

Da II Guerra até 1980, o crescimento do nosso PIB foi o segundo maior do mundo, atrás apenas do Japão. Saltamos de um país paupérrimo, em 1945, para um país de classe média, em 1980. Desde então, passamos a comer poeira: nosso crescimento só superou o do Egito.

De 1980 a 2024, enquanto o PIB do Brasil aumentou 142,3% (1,84% ao ano), o PIB mundial avançou 346,1% (3,2% a.a.) e o dos países em desenvolvimento cresceu 477,9% (3,9% a.a.). No recorte de 2003 a 2025, nosso PIB teve crescimento total de 53,1%, com média de 1,96% ao ano. Um desempenho pífio comparado ao do PIB global, que avançou 107,3% no período, média anual de 3,38%. E o dos países em desenvolvimento foi show: 146,5% no total (4,18% ao ano).

O que os candidatos têm a dizer para reverter tamanha involução? Essa resposta tem valor. As tretas entre Supremo Tribunal Federal e Congresso, Lula e Alcolumbre, por tal ótica, são desperdício de tempo e dinheiro.

### Falha geológica deliberada

A falha geológica do crescimento brasileiro, a partir de 1980, não foi acidente, mas uma escolha institucional pelo baixo nível. Enquanto o líder chinês Deng Xiaoping, no fim da década de 1970, inspirou-se no modelo brasileiro de crescimento acelerado dos anos 1950 a 1970 para iniciar a modernização da China, nós abandonamos a nossa própria estratégia. A China refinou o investimento estatal e privado voltado à exportação. E nós? Perdemos-nos no labirinto do rentismo, da burocracia e do modelo de consumo que ignora a oferta. O resultado é dramático: a produtividade brasileira cresceu 12% em duas décadas, contra mais de 300% dos países asiáticos.

Para romper a inércia daqui para frente, propomos uma “pedagogia da produtividade” que fale a língua do lucro com inovação. O custo de oportunidade de ser “temeroso” é a irrelevância global.

Se o Brasil recuperar a participação de 3% no PIB global, nível que já tivemos em 1980, seremos uma economia de US\$ 3,5 trilhões até 2030, contra atuais US\$ 2,2 trilhões. Isso significa que a elite empresarial e política está deixando, anualmente, cerca de US\$ 800 bilhões na mesa por apego a privilégios paroquiais.

A saída exige um plano forte de investimento (FBCF) que eleve a taxa atual, de 17%, para 21% a 25% do PIB em quatro anos. O motor desse salto será o direcionamento de 5% do PIB para o investimento estatal estratégico, blindado contra o seu sequestro por emendas parlamentares e gastos públicos correntes.

Uma Autoridade Nacional de Projetos (ANP), de caráter técnico e independente, seria o filtro do orçamento de capital gerido sob a lógica da eficiência logística e tecnológica, não da conveniência dos lobbies. Neste cenário, os parlamentares só destinariam verbas para projetos validados no Plano Decenal de Infraestrutura da ANP. Esse movimento deve ser acompanhado pela redução gradual do juro real. É inadmissível que o Brasil opere com taxas reais próximas a 10%, enquanto competidores diretos operam abaixo de 3%.

Juro alto tornou-se um mecanismo de transferência de renda que inibe o risco produtivo e nutre o rentismo dos traders da dívida. Convergindo a Selic real para cerca de 4% ao ano, sinalizamos que a riqueza será gerada na produção, e não na arbitragem financeira.

### Entre a glória e o fracasso

No campo fiscal, a modernização da gestão é o lastro necessário para a redução gradual da carga tributária a partir de 2027. A reforma do IVA Dual foi o começo. O passo seguinte é a reforma da governança pública, com digitalização total de processos, controle de supersalários da elite do funcionalismo e uma nova abordagem demográfica. Sugerimos a fusão dos pisos constitucionais de saúde e educação, com a queda da demanda escolar financiando o aumento do gasto com o envelhecimento da população, sem elevar impostos.

A Previdência também demanda uma nova abordagem que vá além das regras de idade. Propomos a criação de um Fundo de Renda Soberano, formado pelo aporte de ativos da União — dividendos de estatais, imóveis subutilizados e terrenos retomados em dação de dívidas. Esse fundo criará um lastro patrimonial para aliviar o Tesouro e garantir o usufruto da riqueza nacional pelo trabalhador. E mais: revitalizar o FGTS como uma poupança real focada em infra social, com governança de mercado e participação das centrais sindicais.

O cenário 2027-2030 é ambicioso: um PIB per capita acima de US\$ 16 mil, um terço maior do que o corrente, e dívida bruta recuando para menos dos 83% neste ano estão ao nosso alcance. O pedágio será o fim do autoatendimento da burocracia e do rentismo sem risco. O ciclo de 2027 será nosso encontro com a relevância ou com a mediocridade. Isso é certo. Incerto é a quem caberá a glória ou o fracasso.